



## **DESAFIOS DE ACESSO AO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS CACOAL**

*CHALLENGES FOR ACCESSING THE STUDENT ASSISTANCE PROGRAM OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RONDÔNIA - CAMPUS CACOAL*

*RETOS PARA ACCEDER AL PROGRAMA DE ASISTENCIA AL ESTUDIANTE DEL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA DE RONDÔNIA - CAMPUS CACOAL*

### **Aguinaldo Pereira**



Doutorado em Linguística (UnB)  
Professor no Instituto Federal de Rondônia (IFRO)  
Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT/ IFRO)  
[aguinaldo.pereira@ifro.edu.br](mailto:aguinaldo.pereira@ifro.edu.br)

### **Elenice Norma Doenha Moura**



Graduação em Serviço Social (Unopar)  
Técnica em enfermagem do IFRO  
Discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT/ IFRO)  
[elenice.norma@ifro.edu.br](mailto:elenice.norma@ifro.edu.br)

### **Resumo**

Programas sociais têm sido parte dos desafios enfrentados por educadores na atualidade. Este artigo tem como objetivo investigar os principais desafios enfrentados por estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia do Campus Cacoal no acesso ao Programa de Assistência Estudantil da referida instituição. Trata-se de estudo de caso, conduzido com o suporte de pesquisa bibliográfico-documental, iniciados em 2021. Os dados foram obtidos mediante pesquisa no site da instituição e em obras bibliográficas. A análise tem base em Freire (2003), Freire e Macedo (2011), Santos e Nascimento (2011), Silveira (2019) e Farias (2021), dentre outros. O desenvolvimento do produto educacional ainda está em processo, de modo que se apresentam, nesse artigo, apenas as reflexões de ordem teórica e as análises documentais. Os resultados indicaram que a dificuldade de interpretação textual está na base dos desafios de acesso ao Programa de Assistência Estudantil do IFRO, e responde pela maior parte dos indeferimentos das inscrições; por outro lado, o gênero edital, ao postular neutralidade e impessoalidade, serve-se de uma linguagem muitas vezes distinta da que é usual, apresentando termos de difícil compreensão para o leitor de Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Edital. Assistência Estudantil. Leitura.

**Recebido em:** 3 de dezembro de 2021.

**Aprovado em:** 30 de maio de 2022.

Como citar esse artigo (ABNT):

PEREIRA, Aguinaldo. MOURA, Elenice Norma Doenha. Desafios de acesso ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campus Cacoal. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 2, e22043, 2022.

<http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n2.e22043.id1383>





### Abstract

Social programs have been part of the challenges faced by educators today. This article aims to investigate the main challenges faced by students from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia Campus Cacoal in accessing the Student Assistance Program of that institution. This is a case study, carried out with the support of bibliographic-documentary research, started in 2021. Data were obtained through research on the institution's website and in bibliographic works. The analysis is based on Freire (2003), Freire and Macedo (2011), Santos and Nascimento (2011), Silveira (2019) and Farias (2021), among others. The development of the educational product is still in process, so this article presents only theoretical reflections and documental analyses. The results indicated that the difficulty of textual interpretation is at the base of the challenges of access to the IFRO Student Assistance Program, and accounts for most of the rejections of registrations; on the other hand, the public notice genre, by postulating neutrality and impersonality, uses a language that is often different from the usual one, presenting terms that are difficult to understand for high school readers.

**Keywords:** Notice. Student Assistance. Reading.

### Resumen

Los programas sociales han sido parte de los desafíos que enfrentan los educadores en la actualidad. Este artículo tiene como objetivo investigar los principales desafíos que enfrentan los estudiantes del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rondônia do Campus Cacoal para acceder al Programa de Atención al Estudiante de esa institución. Se trata de un estudio de caso, realizado con el apoyo de una investigación bibliográfico-documental, iniciada en 2021. Los datos fueron obtenidos a través de investigaciones en el sitio web de la institución y en trabajos bibliográficos. El análisis se basa en Freire (2003), Freire y Macedo (2011), Santos y Nascimento (2011), Silveira (2019) y Farias (2021), entre otros. El desarrollo del producto educativo aún está en proceso, por lo que este artículo presenta solo reflexiones teóricas y análisis documental. Los resultados indicaron que la dificultad de interpretación textual está en la base de los desafíos de acceso al Programa de Atención al Estudiante de IFRO, y explica la mayor parte de los rechazos de matrículas; por otro lado, el género del aviso público, al postular la neutralidad y la impersonalidad, utiliza un lenguaje muchas veces diferente al habitual, presentando términos de difícil comprensión para los lectores de secundaria.

**Palabras clave:** Aviso. Asistencia al estudiante. Lecturas.



## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por contradições e desigualdades no acesso à renda, bens e serviços. Tais contradições se refletem nos espaços escolares, evidenciando conflitos e disputas de perspectivas pedagógicas e políticas. No que reporta às desigualdades, estas se materializaram, no espaço escolar, sobretudo por meio das dificuldades de acesso e permanência, dificuldades essas que, em muitos dos casos, resultam em fracasso escolar.

Embora a educação seja um direito social, consagrado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que o entende como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovido de forma colaborativa entre esses entes, em favor do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, diversos estudantes enfrentam dificuldades no acesso à educação, mesmo à educação básica, que constitui a forma mais elementar desse direito. Tais dificuldades vinculam-se, de modo geral, aos problemas de aprendizagem e de carência de recursos materiais para acesso, permanência e êxito. Neste artigo teceremos considerações acerca do segundo aspecto, tendo como recorte estudo de caso desenvolvido no *Campus Cacoal* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), no contexto da pandemia de COVID-19, no ano de 2021.

A pandemia de COVID-19 impôs uma série de mudanças na vida das pessoas e das instituições. O distanciamento social, o uso de máscaras de proteção facial e de novas medidas de higiene passaram a fazer a parte da vida de milhares de pessoas, em especial das que dispõem de recursos e condições que oportunizam tais transformações na cultura.

Quanto às instituições, notadamente as públicas, determinaram a realização de trabalho remoto, o que exigiu a adoção de novas ferramentas de comunicação e sistemas eletrônicos para a tramitação de processos e gestão da informação. No IFRO Campus Cacoal, uma das principais mudanças ocasionadas por força da pandemia foi à substituição dos procedimentos manuais de gestão dos editais de acesso aos programas de assistência estudantil, para sistema informatizado, via Sistema da Administração Pública - SUAP, que possibilitou o desenvolvimento do referido trabalho com maior segurança e agilidade para os servidores, mas representou um desafio para os estudantes demandantes.

No artigo aqui apresentado buscaremos refletir sobre os principais desafios experimentados pelos estudantes de Ensino Médio matriculados na referida unidade educacional para acesso à assistência estudantil no ano de 2021. O acesso aos programas de assistência estudantil é necessário para que estudantes em situação de vulnerabilidade



socioeconômica tenham igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo esse um princípio estabelecido na Carta Magna.

Para tal tarefa, este artigo foi organizado, inicialmente, apresentando o problema de pesquisa a ser elucidado: dificuldades em alunos na submissão de documentos para concorrer as bolsas oferecidas pelo IFRO campus Cacoal como assistência estudantil. Na sequência, apresentamos os materiais e métodos para a pesquisa prévia: Estudo de caso mediante pesquisa bibliográfico-documental, delineando o campo de pesquisa – alunos participantes dos Editais nº 02/2021 e Edital nº 08/2021 para a Concessão de auxílios financeiros do Programa de Auxílio a Permanência - PROAP do IFRO – Cacoal. Depois fazemos uma apresentação do processo histórico sobre a assistência estudantil no Brasil, levando em consideração a perspectiva da educação omnilateral. Para isso foi levado em consideração alguns dados estatísticos dos editais observados na pesquisa, como o alto índice de indeferimento. Por fim tecemos considerações finais (ou em finalização) do que até o momento foi possível observar.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo Vieira (2009), existe grande variedade de técnicas ou de caminhos que podem ser escolhidos pelo pesquisador para que sua pesquisa possa chegar a bom termo. O caminho escolhido para a construção deste artigo foi o Estudo de Caso, por ser considerado um delineamento adequado para a investigação de fenômeno contemporâneo, processual, dentro de seu contexto real, no qual os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente delimitados (YIN, 2001). O método apresenta, ainda, a vantagem de “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55).

Desse modo, esta pesquisa classifica-se, quanto ao gênero, como estudo de caso, e quanto à natureza, como pesquisa básica. Seus objetivos configuram-se explicativos e o problema a ser investigado recebeu a seguinte formulação: “Quais os principais desafios enfrentados pelos estudantes do IFRO - *Campus* Cacoal para o acesso aos programas de assistência estudantil da instituição?”

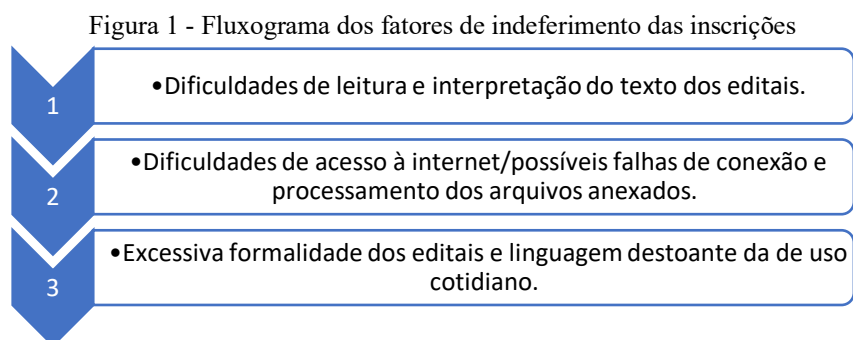
A aquisição de dados foi realizada mediante pesquisa bibliográfico-documental. Foram analisados dois editais vinculados aos Programas de Assistência Estudantil executados pelo IFRO, a saber: Edital nº 02/2021 e Edital nº 08/2021 para Seleção de alunos para a Concessão de auxílios financeiros do Programa de Auxílio a Permanência - PROAP do IFRO – Cacoal, e as Resoluções Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de Abril de 2018 (IFRO, 2018), que dispõe

sobre a Política de Acesso, Permanência e Êxito da Instituição, e a de Nº 10/REIT - CONSUP/IFRO, de 10 de Janeiro de 2018, que aprovou o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) na instituição.

Os editais analisados se referem ao ano de 2021, e tiveram como público-alvo estudantes do *Campus* Cacoal de Ensino Médio e Graduação.

Também foram considerados obras bibliográficas que versam sobre o tema da assistência estudantil, da Educação Profissional e Tecnológica e da Alfabetização Crítica, dentre quais: Freire (2003), Freire e Macedo (2011), Santos e Nascimento (2011), Silveira (2019) e Farias (2021).

Os documentos e obras de perfil bibliográfico foram lidos e fichados de forma manual. Para responder à problemática do estudo, foram analisados os processos de inscrição indeferidos, a partir do que se elaborou um quadro com os principais fatores de indeferimento e os possíveis motivos a eles relacionados, estando assim categorizados:



Fonte: Moura e Pereira (2021)

Para a comunicação dos dados da pesquisa, optou-se por elaboração de artigo científico e planejamento de produto educacional, a ser transferido para a comissão de elaboração de editais do *Campus*, após sua finalização e testes. Sendo assim, o estudo (segunda etapa) ocorrerá na próxima fase da pesquisa, o que já está sendo feito com os alunos envolvidos nos editais apresentados inicialmente no artigo. Ou seja, o desenvolvimento do produto educacional ainda está em processo, de modo que se apresentam, nesse artigo, apenas as reflexões de ordem teórica e as análises documentais. Em momento oportuno esses dados da pesquisa serão publicados para apreciação da comunidade acadêmica e científica.

### 3 DISCUSSÃO: NOTAS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Segundo Imperatori (2017, p.285) as ações de assistência ao estudante remetem aos anos de 1930, com os programas de alimentação e moradia. Costa (2010) afirma que foi em 1928,



em Paris, que foi inaugurado a Casa do Estudante Brasileiro destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa. Vasconcelos (2010), por sua vez, diz que a educação foi reconhecida como um direito público regulamentado pelo Estado no período do governo Getúlio Vargas. No entanto, foi em 1931, com a Reforma Francisco Campos que foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931 que propôs medidas de providência e beneficência aos discentes pobres dos institutos universitários.

Percebe-se um deslocamento progressivo e, desse modo, as políticas de assistência estudantil praticadas no Brasil remontam a Era Vargas, visto que no período imperial (1822-1889) e nos períodos anteriores de nossa história política, não havia uma política formal de assistência social aos estudantes, como se tem hoje em dia. Contudo, havia diversas instituições sociais e escolares que ofereciam recursos para a permanência dos estudantes de condições econômicas desfavoráveis. Muitas dessas instituições tinham proposta eminentemente filantrópica e de controle social.

Nesse sentido, a assistência aos estudantes se dava não por meio da transferência de recursos, como se faz atualmente, mas por meio de instituições, como orfanatos, casas-abrigo, escolas de fábrica e escolas-fazendas, onde os estudantes pobres eram matriculados e estudavam em regime de internato ou semi-internato, em regimes disciplinares rígidos, tendo de trabalhar nesses espaços para assegurar o próprio sustento. Essas instituições, de cunho profissionalizante, ofereciam uma educação instrumental, além de alojamento e refeições. Seu objetivo era o de controlar as crianças e jovens órfãos ou provenientes de famílias sem condições de lhes assegurar educação, para que não se tornassem ociosos e aderissem a experiências contrárias aos interesses do Estado, como os vícios e a criminalidade.

Cabe destacar que mesmo com a transição para a República, esse modelo educacional disponibilizado aos estudantes de condição econômica desfavoráveis demoraria a se alterar, prevalecendo concepções assistencialistas, que não levavam ao empoderamento social desses estudantes. É possível depreender a continuação desse tipo de prática e de mentalidade na própria edificação das Escolas de Aprendizes e Artífices, instituídas pelo governo de Nilo Peçanha em 1909. Mais uma vez, aos estudantes pobres era oferecida uma educação pragmática, voltada aos aspectos técnicos e operacionais de cada ofício, isenta de uma base propedêutica que pudesse contribuir com a formação integral desses estudantes.

Desse modo, pode-se afirmar que a assistência estudantil no Brasil se liga de maneira direta à Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que esta foi a modalidade educacional



destinada aos filhos das classes trabalhadoras, que sem o subsídio do Estado não teriam acesso à educação formal. Com isso, torna-se patente a dualidade estrutural que assinalou e assinada a Educação brasileira: de um lado, uma educação humanista para os filhos das classes dirigentes, e de outro, uma educação tecnicista aos filhos dos pobres - uma clara estratégia de conservação e reprodução da ordem estabelecida (MOURA, 2007).

No início do século XXI, novas disputas no interior do campo educacional e político no Brasil levaram à formulação de uma nova institucionalidade: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), que entende que a assistência estudantil é relevante para assegurar a permanência e êxito dos estudantes pobres, enquanto não se constrói uma sociedade menos desigual (idealmente sem classes), e que, diferentemente das experiências anterior de EPT, propõem uma formação omnilateral a seus estudantes, habilitando-os tanto para o exercício profissional, quanto para o posicionamento crítico perante a sociedade e as situações definidas no mundo do trabalho.

No núcleo da proposta educacional dos IF está o trabalho como princípio educativo, que pressupõe a reflexão rigorosa sobre seus sentidos e apropriações. Conforme Ramos, Frigotto e Ciavatta (2005), o trabalho tem um sentido ontológico, é elemento necessário à produção da existência humana, contudo, também pode ser percebido como elemento de subjugação da vontade, como o fora nos modos de produção escravistas; como elemento de punição, na perspectiva religiosa judaico-cristã, em que o homem deve viver do suor do seu rosto, e como elemento de exploração e produção de riqueza para terceiros, no modo de produção capitalista. Em face das diversas perspectivas e atribuições de sentido, é relevante retomar o sentido ontológico do trabalho, de modo a promover sua valorização, estimular ações educativas voltadas para ele e apresentá-lo para além dos estreitos limites dados pelo capitalismo, no qual é apenas instrumento da venda da força de trabalho em troca de um salário que mal assegura a sobrevivência do trabalhador e de seu núcleo familiar.

A esse respeito, Oliveira Neto, Azevedo e Aride (2018, p. 53) reforçam que apresentá-lo como princípio educativo é uma condição necessária para a emancipação do trabalhador, constituindo-se uma proposta para além do capital. Entende-se que somente nesta perspectiva pode-se proporcionar uma formação ampla, integral, ou seja, compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura.

Para que uma educação omnilateral tenha condições de efetivar, é fundamental garantir condições de acesso, permanência e êxito a todos os estudantes, o que demanda tratamento





diferenciado aos que se encontram em condição de desvantagem perante os demais, seja em função de dificuldades e transtorno de aprendizagem, seja em função da escassez de recursos, que lhes força a abandonar a escola antes de concluir o processo formativo, para poder trabalhar e contribuir com a renda familiar.

No Brasil, contemporaneamente, a assistência social aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é redigido pelo Decreto Nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

O PNAES é executado no âmbito do Ministério da Educação, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior ofertada na rede pública de Ensino de Ensino. O Art. 4º do Decreto supracitado definiu, contudo, que:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Desse modo, ao possibilitar que as instituições federais de ensino pudessem definir suas especificidades, tem sido possível atender, no referido Programa, não só estudantes de Ensino Superior, como também estudantes de Ensino Médio.

O PNAES tem seus objetivos transcritos no Art. 2º, a saber:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Dentre as ações de assistência estudantil contempladas no Programa, destacam-se as seguintes: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A definição de critérios e as metodologias de seleção dos estudantes a serem beneficiados com os recursos da assistência estudantil ficam a cargo das próprias instituições, e uma vez que se trata de recursos públicos limitados, e que a transparência e a eficiência são exigência do serviço público, essa seleção é feita por meio de editais públicos.

Importante pontuar que, a assistência estudantil, da forma como foi concebida no Decreto em comento, deve ter por norte “a necessidade de viabilizar a igualdade de



oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010). Desse modo, são atendidos, de maneira prioritária, os estudantes provenientes da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Atendidas as prioridades, e havendo disponibilidade de recursos, estudantes que apresentem outros perfis que também configurem vulnerabilidade social e riscos de evasão e fracasso escolar, poderão ser atendidos.

#### 4 NOTAS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFRO

No IFRO, dois documentos balizam e regulam as ações de assistência estudantil: a Resolução Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018 (IFRO, 2018), que dispõe sobre a Política de Acesso, Permanência e Êxito (PAPE-IFRO) da Instituição, e a Resolução Nº 10/REIT - CONSUP/IFRO, de 10 de janeiro de 2018, que aprovou o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) na instituição.

O primeiro tem como objetivo geral oportunizar o acesso e ampliar as condições de permanência e êxito dos estudantes do IFRO, contribuindo para a promoção da equidade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais.

Seus objetivos específicos são promover condições para o acesso, à permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; propor diretrizes para execução dos Programas, Projetos e Ações que proporcionem o desenvolvimento acadêmico, científico e cultural de forma integral; subsidiar ações que minimizem os efeitos das desigualdades educacionais, socioeconômicas e culturais; propor direcionamentos para a promoção de Programas e Projetos que oportunize uma formação integral e de qualidade, assegurando-lhes o exercício pleno de sua cidadania; proporcionar a eles igualdade de oportunidade no desenvolvimento de todas as atividades acadêmicas, com ênfase para aqueles com necessidades educacionais específicas; fomentar o protagonismo, assegurando-lhes representação nos espaços acadêmicos decisórios com garantia de organização na forma da lei; avaliar anualmente o PAPE - IFRO por meio de comissão.

Também tem como princípios a gratuidade do ensino em todos os níveis e modalidades; democratização e qualidade nos serviços prestados à comunidade estudantil; promoção de condições de acesso, permanência e conclusão do curso com êxito; universalização dos benefícios e serviços oferecidos pelo IFRO aos estudantes; prioridade no atendimento aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis nos termos do Decreto 7.234 de 19 de julho de



2010; gestão democrática e participação estudantil; respeito às particularidades locais e regionais dos campi; transparência na obtenção e divulgação dos recursos, benefícios, programas, projetos e serviços ofertados.

O segundo documento tem como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus campi, em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto nº 7.234/2010/PNAES. Têm como objetivos contribuir nas condições de permanência dos estudantes no seu percurso formativo; consolidar o apoio à formação acadêmica integral; contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação e articulada com as demais políticas setoriais.

Ademais, também têm como princípios a supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas; a defesa da justiça social e respeito à diversidade; a melhoria do desempenho acadêmico; a prevenção nas situações de retenção e evasão e a divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso.

Neste segundo documento há duas ações: o atendimento universal destinado a todos os estudantes regularmente matriculados, com o objetivo de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossocial; e o incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral deles no processo educativo. É desenvolvido pelo Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - PROSAPEX. Esse Programa é desenvolvido por meio de projetos, ações e atividades que são às Ações de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial, Ações de acompanhamento e suporte ao ensino, Ações Pró-cidadania, Ações de Incentivo a Atividades Esportivas e Lazer.

O atendimento aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis é realizado através de ações que buscam minimizar as necessidades básicas, que implique no acesso, permanência e conclusão do curso, com prioridade para transporte, alimentação e moradia. São os Programas de Auxílio à Permanência - PROAP, o Programa de Auxílio Moradia - PROMORE III, o Programa de Auxílio Complementar - PROAC.

O que percebemos sobre os dois documentos aqui apresentados é que eles se complementam. Porém, o atendimento aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis realizados pela PROAP e pelo PROMORE, ofertados por meio de editais, terá que ser



repensada, buscando recursos para promover ações mais eficientes no processo de inscrição e efetivação dessas ações.

A partir de 31 de dezembro de 2019, o mundo passou a ter conhecimento de um novo vírus, o SARS-CoV-2, que resultou na pandemia da COVID-19 e acirrou ainda mais as desigualdades sociais presentes no Brasil, acentuando o histórico quadro de vulnerabilidade socioeconômica que atinge as populações negras e indígenas, e as que vivenciam situações de desemprego e subemprego.

A ampliação desse quadro de vulnerabilidades repercutiu nas instituições escolares, que se depararam com grande quantidade de estudantes sem condições de acessar as atividades pedagógicas devido à falta de recursos como computador e internet. Esses não foram, contudo, os únicos recursos que lhes faltaram. Para muitos, a insegurança alimentar e a fome tornam-se uma realidade opressiva, sem mencionar a falta de recurso para assegurar as medidas de contingenciamento viral, como o distanciamento social, o uso de máscara, álcool 70% e outros produtos de higiene pessoal e limpeza do ambiente.

Conforme observou Gatti (2020, p. 29), o SARS-CoV-2 obrigou-nos ao isolamento e a incorporar hábitos de higiene e precaução extrema nos contatos, o que colocou boa parte dos servidores públicos em atividades remotas, inclusive os profissionais da educação que compõem o quadro de servidores do IFRO. Essa nova configuração do trabalho escolar passou a demandar dos estudantes e de suas famílias novos gastos financeiros, dificultando ainda mais a vida dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam condições adversas em seu cotidiano familiar, e condições adversas para se manter na escola. Como não se trata de um problema novo, mas sim de problema que foi intensificado em função da crise decorrente da emergência do SARS-CoV-2, no IFRO, houve direcionamento de outros recursos para a assistência estudantil, de modo a suplementar os editais tradicionalmente publicados, e a criar um novo, de inclusão digital - que consistiu na transferência de recursos financeiros para aquisição de notebooks e chips de telefone celular com pacote de dados para internet, de modo a favorecer que os estudantes que não dispunham desses recursos (notebook e internet), pudessem também ter o direito de estudar e aprender, dada a transição do modelo presencial de ensino para o ensino remoto.

No *Campus* Cacoal do IFRO, foram publicados os seguintes editais de assistência estudantil no ano de 2021: Edital nº 02/2021 e Edital nº 08/2021 para a Seleção de alunos para



a Concessão de auxílios financeiros do Programa de Auxílio à Permanência - PROAP do IFRO - Cacoal. Em relação a esses editais, foi possível constatar as seguintes informações, dispostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Editais para a Seleção de alunos para a Concessão de auxílios financeiros do Programa de Auxílio à Permanência

<b>Edital nº 02/2021 - para Seleção de alunos para a Concessão de auxílios financeiros do Programa de Auxílio à Permanência - PROAP do IFRO - Cacoal</b>				
Nº de inscrições realizadas	Nº de inscrições homologadas	Nº de inscrições indeferidas	Fatores do indeferimento	Total de estudantes contemplados com recurso
377	377	166	Nome duplicado na composição familiar. Falta de comprovação da renda dos responsáveis ou irmãos maiores de 18 anos Não foi anexado nenhum documento. Falta dos documentos pessoais Falta de comprovante de residência Renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo e meio.	267
<b>Edital nº 08/2021 – Seleção para o Programa de Auxílio à Permanência - PROAP</b>				
Nº de inscrições realizadas	Nº de inscrições homologadas	Nº de inscrições indeferidas	Fatores do indeferimento	Total de estudantes contemplados com recurso
114	114	42	Não anexou nenhum tipo de documento. Renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo e meio. Falta de comprovação da renda dos responsáveis ou irmãos maiores de 18 anos	89

Fonte: IFRO (2021).

Dentre os principais fatores apontados para o indeferimento de inscrições nos referidos editais, pode-se apontar, primeiramente, a dificuldade de leitura e interpretação textual. Depreende-se que muitos dos estudantes que tiveram seus pedidos de inscrição indeferidos apresentaram dificuldade de compreensão do texto dos editais, o que levou a não atenderem aos requisitos solicitados. Estima-se também que possa ter havido, por parte de alguns alunos, dificuldades de acesso à internet, o que pode ter desencadeado falhas no processamento dos documentos que deveriam ter sido anexados no sistema de inscrições. Por fim, os dados



apontam excessiva formalidade nos editais e prevalência de uma linguagem destoante da de uso cotidiano.

Quando levantamos a hipótese de que a linguagem formal e técnica dos editais gera dificuldades de leitura e interpretação pelo público de nossa pesquisa, não estamos levantando a ideia de que essa linguagem (formal) deva ser extinta ou substituída por uma linguagem informal, pois o gênero edital tem suas funções bastante claras.

Sabemos também que a linguagem formal e culta é necessária para uma leitura precisa da informação. No entanto, o público de nossa pesquisa não parece ter familiaridade com o texto formal, o que tem levado a dificuldade aqui apontada. Podemos acrescentar ainda sobre a dificuldade em sistemas eletrônicos informacionais, o que pode levar a outras dificuldades técnicas e operacionais adicionais, agravando ainda mais o problema aqui levantado.

Sabe-se que a dificuldade de leitura e de interpretação de textos é um sério problema no Brasil. Brito (2021) assevera que cerca de 617 milhões de jovens no mundo não conseguem ler ou fazer contas simples de matemática. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), a cada dez pessoas, três não conseguem escrever corretamente, ler e interpretar textos simples ou fazer contas.

Falhas no processo de alfabetização tendem a se desdobrar ao longo do ciclo educacional, impactando no rendimento escolar e nas situações de evasão e fracasso escolar (BEZERRA; BARBOSA, 2020). O impacto dessa formação deficitária de leitores não se restringe, contudo, aos aspectos escolares, mas compromete o próprio exercício da cidadania e o acesso a direitos, isso porque leitura e escrita são elementos básicos para a compreensão de si e do mundo e para a intervenção nos processos que lhe atravessam.

Para Paulo Freire, a “alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer sua palavra” (FREIRE, 1987, p. 7). Desse modo, o domínio da palavra vai além da decodificação e configura-se possibilidade de ação e transformação do mundo: “É significação produzida pela práxis, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra e dinâmica, não categoria inerte, exânime, palavra que diz e transforma o mundo” (FREIRE, 1987, p. 8).

Nessa perspectiva, “a leitura é, fundamentalmente, um ato político” (LIRA, 2010, p. 112), o que por sua vez demanda investir em processo de alfabetização crítica, que prepare o



estudante para as situações concretas que irá enfrentar. Alfabetização crítica, no entendimento de Freire e Macedo, se referem a:

Uma infinidade de formas discursivas e competências culturais que constroem e tornam disponíveis as diversas relações e experiências que existem entre os educandos e o mundo. Em sentido mais específico, a alfabetização crítica é tanto uma narrativa para a ação, quanto um referente para a crítica. Como narrativa para a ação, a alfabetização torna-se sinônimo de uma tentativa de resgatar a história, a experiência e a visão do discurso convencional e das relações sociais dominantes. Ela significa desenvolver as condições teóricas e práticas mediante as quais os seres humanos podem situar-se e suas respectivas histórias e, ao fazê-lo, fazer-se presente como agentes na luta para expandir as possibilidades da vida e da liberdade humana (FREIRE; MACEDO, 2011, p. 49-50).

A alfabetização crítica, ainda segundo Freire (2003), é essencial para a busca da humanização do sujeito, para superar sua condição e herança histórica de mutismo, assistencialismo e domesticação do corpo.

Para que essa alfabetização crítica ocorra é relevante que as instituições escolares superem a prática pedagógica tradicional, pois esta:

[...] leva o aluno a caracterizar-se como um ser subserviente, obediente e destituído de qualquer forma de expressão. O aluno é reduzido ao espaço de sua carteira, silenciando sua fala, impedido de expressar suas idéias. A ação docente concentra-se em criar mecanismos que levem a reproduzir o conhecimento historicamente acumulado e repassado como verdade absoluta (BEHRENS; OLIARI, 2007, p. 60)

Alunos formados no paradigma tradicional de Educação não foram ensinados a dialogar, a questionar, recebendo uma formação unilateral e pouco crítica, pautada na burocratização e parametrização de resultados. Ademais, o contato com os diversos gêneros textuais, como o gênero edital, não ocorreu, ou ocorreu apenas de forma pontual, sem que houvesse condições de consolidar habilidades e competências para seu domínio.

No caso investigado, as dificuldades de leitura e interpretação dos textos dos editais representam o principal fator de indeferimento das inscrições. Portanto, trata-se de situação em que as deficiências do processo de formação de leitores resultaram na impossibilidade de acesso a um direito.

Como muitos estudantes do Campus Cacoal são residentes na zona rural e não dispõem de conexão de internet com boa qualidade, é possível que falhas técnicas tenham ocorrido no processamento dos dados no ato da inscrição aos editais, contudo, esse fator não se sobrepõe ao primeiro, já considerado anteriormente, pois com boa capacidade de leitura, os estudantes poderiam ter percebido a falha no sistema ou a incompletude dos dados enviados, em consonância ao estabelecido nos editais, e buscado realizar nova inscrição, comunicado a



situação à comissão gestora dos editais ou mesmo entrado com recurso nos prazos definidos, de modo a defender seus direitos.

Por outro ângulo, cabe refletir também sobre as especificidades do gênero Edital, apontando para suas singularidades linguísticas e discursivas.

Segundo Nascimento (2010, p. 128), “a tentativa de impessoalidade pregada pelos manuais, bem como a padronização dos documentos, não somente distancia a língua das interações reais dos sujeitos, [...] como apresenta uma visão reducionista da própria linguagem”.

Editais têm a finalidade de regular processos seletivos diversos, por meio do qual os candidatos aprovados têm acesso a direitos assegurados pelo Estado ou pela instituição ofertante, no caso de editais promovidos por entidades privadas, que muitas vezes também se utilizam desse tipo de instrumento para conferir maior credibilidade e transparência a seus processos.

Santos e Nascimento informam que:

[...] o Manual de Redação Oficial orienta o estilo de linguagem do gênero edital que deverá utilizar o padrão culto de linguagem devendo-se caracterizar pela impessoalidade, pela clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Este gênero circula nas instituições públicas e privadas e tem por fim tornar público fatos e ações que devem ser conhecidos seja por cautela, por publicidade, ou cumprir um requisito legal (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p.133, 139).

Nem sempre os manuais de redação oficial são observados na formulação de editais, resultando em documentos pouco claros, pouco objetivos e excessivamente formais. A ideia de objetividade é questionada por Behrens e Oliari (2007, p.63), quando ponderam sobre as relações intersubjetivas entre sujeitos e entre esses e os textos:

[...] o pressuposto epistemológico da intersubjetividade que reconhece a impossibilidade de um conhecimento objetivo do mundo, especialmente em função das múltiplas versões da realidade e dos diferentes domínios do conhecimento. Neste contexto, destaca-se o domínio lingüístico, pois a linguagem tem papel essencial na comunicação e na descrição da realidade e seu contexto.

Ainda no que se refere à objetividade, Santos e Nascimento (2011), afirmam que a linguagem não é tão simples e tão objetiva como propõem os manuais de redação, de modo que a facilidade ou a dificuldade de compreensão relacionam-se às experiências formativas e culturais de cada leitor.

Outro elemento a ser considerado é a excessiva impessoalidade desse tipo de texto, que pode dificultar a compreensão do leitor e limitar seu acesso a direitos, pois destoa da linguagem utilizada por ele em seu cotidiano e configura uma visão reducionista da própria língua. De igual modo, a padronização de documentos e o apego a formas é elemento a ser considerado,





uma vez que seu tratamento inflexível pode resultar na interdição de direitos. Não se trata, contudo, de sucumbir com a impessoalidade e com a padronização documental, mas de dosá-los, de modo a fazer prevalecer a razoabilidade. Forma e conteúdo devem ser respeitados, mas não é conveniente que se constituam como elementos de exclusão e interdição de direitos, sobretudo no que se refere ao acesso de estudantes de Ensino Médio (ainda em processo de formação básica) aos programas de assistência estudantil.

Em face dos desafios de acesso aos programas de assistência estudantil do IFRO demonstrados pelos estudantes do *Campus Cacoal*, propõe-se: (1) formular os editais futuros de modo a concatenar as características linguísticas e discursivas que lhes são próprias, e que são orientadas pelos manuais de redação oficial, com a língua viva, efetivamente empregada nos atos comunicativos dos estudantes, evitando as impessoalidades e formalidades excessivas; (2) a disponibilização de laboratórios de informática, para que os estudantes que não possuem internet em casa, ou não disponham de conexão de boa qualidade possam efetuar suas inscrições; (3) publicação de glossário, anexo aos editais, com as categorias-chave para a compreensão desses editais; (4) publicação de tutorial em vídeo, com orientações sobre as condições requeridas para a inscrição, acesso ao sistema de inscrição e documentos que devem ser anexados; (5) oferta de oficinas que trabalhem a formação de leitores a partir do estudo e interação com os diversos gêneros textuais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que devido às contradições e desigualdades sociais presentes na sociedade quanto ao acesso à renda, bens e serviços elas também refletiram nos espaços escolares. Embora a educação seja um direito social, consagrado pela CF/1988, vemos que diversos estudantes ainda enfrentam dificuldades no acesso à educação que, por sua vez, vinculam-se, de modo geral, aos problemas de aprendizagem e de carência de recursos materiais para acesso, permanência e êxito.

Constatou-se que devido à pandemia de COVID-19, o IFRO Campus Cacoal fez a substituição dos procedimentos manuais de gestão dos editais de acesso aos programas de assistência estudantil para o sistema informatizado, via Sistema da Administração Pública - SUAP, que possibilitou o desenvolvimento do referido trabalho com maior segurança e agilidade para os servidores, mas representou um desafio para os estudantes demandantes.

Este artigo buscou refletir sobre os principais desafios experimentados pelos estudantes de Ensino Médio matriculados na referida unidade educacional para acesso à assistência



estudantil no ano de 2021. Entende-se que o acesso aos programas de assistência estudantil é necessário para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo esse um princípio estabelecido na Carta Magna.

Compreendemos que se faz necessário formular editais futuros de modo a concatenar as características linguísticas e discursivas que lhes são próprias, e que são orientadas pelos manuais de redação oficial, com a língua viva, efetivamente empregada nos atos comunicativos dos estudantes, evitando as impessoalidades e formalidades excessivas; a publicação de glossário, anexo aos editais, com as categorias-chave para a compreensão dos editais; a publicação de tutorial em vídeo, com orientações sobre as condições requeridas para a inscrição, garantir o acesso ao sistema de inscrição e documentos que devem ser anexados; ofertar oficinas que trabalhem a formação de leitores a partir do estudo e interação com os diversos gêneros textuais.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ruth Ferreira; BARBOSA, Xênia de Castro. **Entre-Textos: um olhar sobre as políticas públicas de formação de leitores e suas expressões no IFRO - Campus Porto Velho Calama**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n° 1, 2020.

BEHRENS, Marilda Aparecida; OLIARI, Anadir Luiza Thomé. A evolução dos paradigmas na Educação: do pensamento científico tradicional à complexidade. **Revista Diálogo Educacional**, v. 7, n. 22, p. 53-66, jul. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4156/4072>. Acesso em 27/10/2021.

BRASIL. República Federativa. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 17/11/2021.

BRASIL. República Federativa. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

BRITO, Fernando. CEE - Conselho Estadual de Educação. 8 de setembro - **Dia Mundial da Alfabetização**. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/2021/09/08/8-de-setembro-dia-mundial-da-alfabetizacao>. Acesso em 27/10/2021.

CARMO, Maria. **Analfabetismo Funcional e as relações com as redes sociais**. 24 de maio de 2021. Coluna diário da manhã. FAMETRO. Disponível em: <https://fametro.edu.br/2021/05/24/analfabetismo-funcional-e-as-relacoes-com-as-redes-sociais-coluna-diario-da-manha>. Acesso em 17/11/2021.



COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FARIAS, Daniela Gomes de. **A política nacional de assistência estudantil nas universidades públicas federais: os desafios ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais no âmbito de programas e acessos estudantis**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília: Brasília, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41724/1/2021\\_DanielaGomesdeFarias.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41724/1/2021_DanielaGomesdeFarias.pdf). Acesso em 27/10/2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo Pereira. *A alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da. (Org.). *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional*. São Paulo: CUT, 2005, v. 1, p. 19-62.

GATTI, Bernadet. **Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia**. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. *Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO*. 2017. Disponível em [https://portal.ifro.edu.br/images/ConsultaPublica/Minutas/Minuta\\_Pol%C3%ADtica\\_de\\_Acesso.pdf](https://portal.ifro.edu.br/images/ConsultaPublica/Minutas/Minuta_Pol%C3%ADtica_de_Acesso.pdf). Acesso em 17/11/2021.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução nº 23/reit - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018**. Porto Velho: 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8485-resolucao-n-10-consup-ifro-de-10-de-janeiro-de-2018>. Acesso em 17/11/2021.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução Nº 10/REIT - CONSUP/IFRO, de 10 de janeiro de 2018**. Porto Velho: 2018. Disponível em:



<https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8485-resolucao-n-10-consup-ifro-de-10-de-janeiro-de-2018>. Acesso em 17/11/2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303. Acesso em 17/11/2021.

LIRA, Bruno Carneiro. **Leitura e recontextualização: o discurso multicultural** (Coleção Comunicar), São Paulo: Ed. Paulinas, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração**. Holos, Ano 23, Vol. 2 - 2007.

NASCIMENTO, E. Pereira. **Artigo científico: Gêneros do Universo Oficial/Empresarial: para além dos manuais de redação**. Revista de Gestão e Secretariado, v. 1, n. 2, 2010.

OLIVEIRA NETO, Nilton; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. ARIDE, Paulo Henrique Rocha. **Trabalho como princípio educativo: Uma busca pela definição do conceito e sua relação com o capitalismo**. 2018. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/387>. Acesso em 19/11/2021.

SANTOS, Sandra Maria de Carvalho. NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **O gênero edital e suas características linguístico-discursivas: para além dos manuais de redação**. 2011. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/2331/1485>. Acesso em 28/10/2021.

SILVEIRA, Hélio Pereira da Mota. **Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do Auxílio Restaurante Universitário no Campus I**. João Pessoa – Paraíba. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação). Universidade Federal da Paraíba: 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15388/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em 29/10/2021.

VASCONCELOS, Natália. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.